

Direitos Humanos e Extensão Universitária: A Atuação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras¹

Maria de Nazaré Tavares Zenaide²

1. Apresentação

A educação em direitos humanos na América Latina expandiu-se durante as décadas de 80 e 90, face à necessidade de vários países do continente de lutarem contra as graves violações aos direitos humanos. Situando a ação educativa em direitos humanos na América Latina, CANDAU destaca:

“a educação em direitos humanos é na América Latina uma prática jovem. Espaço de encontro entre educadores populares e militantes de direitos humanos, começa a se desenvolver coincidentemente com o fim de um dos piores momentos da repressão política na América Latina e conquista certo nível de sistematização na segunda metade da década e dos anos 80”.

Foi neste contexto histórico, após 23 anos de regime ditatorial, que o Brasil reagiu às formas opressivas e lutou pelo retorno do regime democrático, através da expansão de processos participativos e movimentos pela conquista dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Se em meados de 79 as lutas sociais no Brasil privilegiaram a conquista dos direitos civis e políticos, na década de 80 o enfoque centrou-se nas lutas em torno dos direitos coletivos. Em todas essas décadas, as universidades públicas brasileiras exerceram importante papel educativo e político em prol da conquista da democracia. Esta participação foi concretizada no engajamento nas lutas promovidas e apoiadas pelos diferentes segmentos universitários organizados e da sociedade civil. Vale lembrar que as universidades públicas brasileiras no período equivalente ao regime militar tiveram vários de seus membros afetados pela repressão, fato este que mobilizou a comunidade acadêmica para a luta permanente em defesa da democracia. A luta pelo retorno das liberdades civis e políticas foi encampada pelas universidades públicas, considerando esta dimensão indispensável para a universidade, uma vez que, sem a liberdade de pensamento e expressão, a universidade perde sua autonomia política de produção acadêmica.

Engajar-se nas lutas sociais foi uma das formas das universidades públicas brasileiras resgatarem o exercício da liberdade, da dignidade humana e da participação no destino do país,

¹ Texto apresentado no I Congresso Nacional de Extensão, João Pessoa – PB, 2002.

² Psicóloga, professora do Departamento de Serviço Social e Pró-Reitora Adjunta de Extensão e Assuntos Comunitários da UFPB, Coordenadora da área temática de Direitos Humanos junto ao Fórum Nacional de Pro-Reitores de Extensão das Universidades Públicas.

articulando, qualificando e apoiando as forças sociais em defesa da vida, da liberdade e da igualdade.

As ações de extensão centradas na educação para os direitos humanos e a cidadania democrática nasceu portanto no âmbito das universidades públicas, no bojo das lutas sociais pela democratização. Nesse sentido, foram vários os atores sociais que foram públicos e parceiros das universidades públicas, desde os trabalhadores rurais e urbanos até os educadores populares e os agentes do Estado. No processo de conquista do Estado Democrático de Direito várias foram as articulações que delinearam em práticas educativas em torno da promoção, proteção e defesa dos direitos humanos.

O contexto sócio-cultural e político brasileiro demandou nas décadas de 80 e 90 para a extensão universitária, ações educativas que focalizassem a formação política para o exercício da cidadania, integrando ações de assistência jurídica, assistência sócio-psico-pedagógicas com ações políticas e educativas. Deste modo, as ações de extensão universitária no campo da educação em direitos humanos foram sendo delineadas na prática, dependendo do público, da realidade local, do contexto das lutas em curso e do nível de sensibilização e engajamento dos segmentos universitários. Face essa demanda, é que surgiram no interior das universidades públicas, setores, núcleos e comissões voltadas para as questões dos direitos humanos e da cidadania.

A promoção, a proteção e a defesa dos direitos humanos demandam ações de extensão integrando diferentes saberes e práticas, uma vez que os enfoques filosóficos, sócio-psicológicos, culturais, políticos e econômicos dos direitos humanos se complementam, assumindo práticas interdisciplinares e multidisciplinares. As ações de extensão em direitos humanos constituem um amplo leque de ações que vão desde as ações de assistência jurídica, de formação política, de educação para a cidadania, de cultura, de assistência sócio-psicológica, às de documentação e memória.

2. A Articulação Nacional do Fórum Nacional de Extensão dos Pró-Reitores de Extensão na área dos Direitos Humanos

O Fórum Nacional de Extensão das Universidades Públicas no Plano Nacional de Extensão definiu como uma das suas metas, estruturar a nível nacional um banco de informações sobre as ações de extensão das universidades públicas em cada uma das áreas temáticas consideradas significativas da prática em extensão universitária.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, criado em 06 de novembro de 1987, segundo NOGUEIRA (2000) tem como alguns de seus objetivos:

Formular diretrizes básicas que permitam a articulação de ações comuns (...) estabelecer políticas de ações que visem a orientação e o fortalecimento das atividades de extensão das Pró-Reitorias (...) contatar órgãos governamentais e outros segmentos da sociedade atuando como interlocutor sobre questões de políticas relacionadas com as áreas de atuação das Pró-Reitorias. (NOGUEIRA, 2000)

Considerando que as universidades públicas apresentam um amplo leque de áreas de intervenção o Fórum através de seus encontros regionais e nacionais elegeu as áreas temáticas como estratégia de sistematização, levantamento de dados, divulgação e articulação. A área temática direitos humanos foi incluída considerando o conjunto de ações em andamento nas universidades públicas e seus impactos no campo da extensão cidadã.

Embora direitos humanos constitua um tema transversal, pela amplitude com que a extensão universitária já alcançou através de ações educativas na área, esta galgou um espaço na delimitação na definição das áreas temáticas da extensão. Trata-se de uma constatação do compromisso das universidades públicas com o processo de fortalecimento da democracia e do Programa Nacional de Direitos Humanos como estratégias de enfrentamento do quadro de exclusão social e de violência que o Brasil, as regiões e os Estados estão convivendo.

Embora o tema dos direitos humanos tenha sido construído ao longo das lutas sociais pela promoção e defesa dos direitos humanos, a inserção das universidades públicas neste campo de atuação, teve origem através de ações de extensão e pesquisas iniciadas por algumas universidades pioneiras, em meados dos anos oitenta e noventa, a exemplo da USP (1987) que criou o Núcleo de Estudos sobre a Violência e a Cátedra UNESCO-USP e da UFPB (1990), que instituiu uma comissão de direitos humanos³. (PINHEIRO e MESQUITA NETO, 1997, p. 130) (MORAES, 1997, p. 137-138)

O Fórum Nacional de Extensão das Universidades Públicas no Plano Nacional de Extensão em maio de 2001, consciente da necessidade de articular apoio institucional para a extensão das universidades públicas, manteve contato com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça e a UNESCO, a fim de construir parcerias que pudessem fomentar projetos e programas de extensão na área dos direitos humanos.

Após esse contato com a direção do Fórum, foi acertado a realização de uma Reunião Técnica de Trabalho: Direitos Humanos na Universidade Brasileira para o período de 19 a 20 de abril de 2001, em Brasília, com os objetivos de:

³ A Comissão de Direitos Humanos da UFPB foi criada através da portaria R/RG/1989 e da Resolução do CONSUNI No. 25 de 02 de maio de 1990.

(...) conhecer a prática e a vivência extensionista em cursos sobre direitos humanos oferecidos pelas universidades públicas brasileiras; estruturar um modelo estratégico de implantação de curso de extensão sobre direitos humanos a ser desenvolvido pelas demais universidades públicas.

Na reunião técnica foram divulgados experiências de extensão de universidades públicas na área de educação em direitos humanos realizadas em parceria com a SEDH/UNESCO.⁵ Foi ainda objetivo da reunião, a delimitação de diretrizes programáticas e a construção de indicadores acadêmicos construídos a partir do Plano Nacional de Extensão que norteasse a parceria com as universidades.⁶

Em junho de 2001 o Fórum foi contatado pelo Departamento da Criança e do Adolescente da SEDH/MJ para realizar uma parceria com as universidades públicas na área do adolescente em conflito com a lei. Para tanto foi estruturado o Seminário - Extensão Universitária e a Política do Adolescente em conflito com a lei - que foi realizado na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, durante o período de 31 de julho a 02 de agosto. O seminário teve como objetivos:⁴

- debater sobre o referencial teórico-método;
- debater sobre o referencial teórico-metodológico referente ao tema o adolescente em conflito com a lei;
- socializar as experiências de universidades públicas na área do adolescente em conflito com a lei;
- definir princípios e referenciais práticos para a realização de ações de extensão na área do adolescente em conflito com a lei;
- discutir sobre as fontes e os dados de informações acerca do adolescente em conflito com a lei, de modo a definir demandas junto às universidades públicas;
- construir indicadores para o uso de metodologias participativas que subsidiem as propostas de extensão na área do adolescente em conflito com a lei;
- construir uma ação articulada com as universidades públicas voltada para a melhoria do atendimento ao adolescente em conflito com a lei. (PROJETO DO SEMINÁRIO, 1999)

Participaram deste seminário, as universidades: UFSCAR, UFRGS, UFRJ, UERJ, UESC, UFSC, UFPB, UFAM, UFGO, UFPB, UFPE, UNB, Fio-Cruz, UEMG, UF Sta. Cruz, UDESC e

⁴ Neste seminário foram apresentadas as experiências de educação em direitos humanos realizadas pela UNB, UFGO, UFSCAR, UFPB, UFBA, UFPelotas, UFRJ e SENASP. As experiências da UFGO e UFPB foi registradas e divulgada através de livros e vídeos, que foram distribuídos com os presentes. Ver referências bibliográficas: ZENAIDE (2001) e LIMA (2001).

UFF. As universidades UNB, UFRJ, UERJ, UFSCAR e UFRGS e a Fio-Cruz, participaram a nível de colaboração como palestrantes e expositores. As demais participaram como ouvintes uma vez que confirmaram em tempo, sua participação em realizar em 2001 ações de extensão em parceria com o DCA/SEDH/MJ na área do adolescente em conflito com a lei.⁷ Participaram deste seminário, as universidades: UFSCAR, UFRGS, UFRJ, UERJ, UESC, UFSC, UFPB, UFAM, UFGO, UFPB, UFPE, UNB, Fio-Cruz, UEMG, UF Sta. Cruz, UDESC e UFF. As universidades UNB, UFRJ, UERJ, UFSCAR e UFRGS e a Fio-Cruz, apoiaram o evento, presentes com palestras e exposições de experiências.

Das 11 universidades que participaram do seminário, apenas a UFPB e a UFSC realizaram os seminários estaduais, conforme deliberação do encontro. Outras já envolvidas na área, promoveram outras atividades de acordo com seus planejamentos. Essa restrição na realização dos seminários acordados no seminário ocorreu, considerando que o período previsto para a realização dos seminários - inicialmente limitado ao final de 2001 – coincidiu com o período de greve. Como as universidades públicas tiveram greves nesse período, ficou inviável o cumprimento do acordo para o período de 2001.

De 27 a 30 de setembro de 2001, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras foi convidado a participar do XXI Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente – FONACRIAD, realizado no Ceará, quando foram discutidos: a produção e difusão de informações sobre os adolescentes em conflito com a lei, os parâmetros mínimos de construção de unidades de internação e semi-liberdade, as diretrizes básicas da ação sócio-educativa no campo do adolescente em conflito com a lei, visitas a unidades de referências locais e intercâmbio de experiências.

A representante do Fórum apresentou a atuação da entidade na área dos direitos humanos e a demanda posta pelo DCA/SEDH/MJ às universidades públicas. Foi acordado no encontro, que o fórum através da sua coordenação temática, estaria disponível para estabelecer a articulação entre o FONACRIAD e as universidades públicas, no sentido de realização conjunta de ações de extensão na área do adolescente em conflito com a lei.

No período de 14 a 17 de novembro de 2001, o Fórum promoveu o VI Congresso Iberoamericano de Extensão em Embú da Artes - SP, quando foram realizadas duas sessões na área temática Direitos Humanos: “Extensão Universitária e Direitos Humanos” e “Alquimia Social”.

Em ambas as mesas participaram cerca de 38 pessoas das áreas de medicina, música, psicologia, educação física, enfermagem, nutrição e direito que desenvolvem ações de extensão em direitos humanos nas universidades: UFPB, UNIFESP, UFSC, UNICAMP, UNESP, FAMERP, UFRN, UFMT, UFMS, UESC, UNIPAR, UFPR, UNIARA, UNEB, UFBA, UEMG,

MACKENZIE/SP e UNIOESTE; além de representantes estrangeiros da Itália (Dr. Paolo Stoco, do European Institute of Research on the Risk Factors in Infancy and Adolescence – IREFREA) e da Espanha.

Os trabalhos selecionados trataram dos temas: extensão em direitos humanos nas universidades públicas, escolas de conselhos, sociedade civil e políticas públicas, assessoria jurídica popular, questão de gênero e terra, meninos de rua, assistência em saúde da mulher adolescente em situação de risco, saúde indígena, geografia do crime, cooperação para o desenvolvimento e o enfrentamento da pobreza e a exclusão, atuação do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do delito e tratamento do delinqüente – ILANUD.

Em 22 de março de 2002, na Sede do Ministério da Justiça com a coordenação do Projeto de Cooperação Internacional SEDH/UNESCO, realizou-se a Oficina de Trabalho - *Contribuição da Extensão Universitária para a Promoção dos Direitos Humanos no Brasil*. O objetivo geral da oficina, foi atualizar as definições sobre a contribuição que a extensão universitária pública pode prestar no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica SEDH/UNESCO, a partir do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, bem como, avaliar a experiência até então realizada pela parceria. Reiterou o Fórum, na ocasião, o interesse de continuar a parceria na área do adolescente em conflito com a lei junto com o DCA, ampliar a cooperação para a área da educação em direitos humanos com o DPDH e outros programas, a exemplo do Paz nas Escolas, que algumas universidades encontram-se já implementando ações.

Participaram da reunião: representantes do DCA, do DPDH, da SEDH/MJ, da Cooperação Internacional, da UNESCO e Fórum de Extensão. Dentre os pontos observados, destacam-se:

a) ter, as Instituições de Ensino Superior congregadas no Fórum, o período do ano corrente de 2002 até junho de 2003, como o período em que se oportuniza, através da Cooperação SEDH/UNESCO, um fluxo contínuo de proposições, como também de limite para finalização das atividades de extensão acadêmica que porventura sejam avaliadas e apoiadas;

b) poder contar, sempre que necessário, com a mediação da Cooperação SEDH/UNESCO, para o estabelecimento dos contatos com os setores e órgãos do Ministério da Justiça;

c) reafirmação por parte do Fórum, após definição por parte da Cooperação SEDH/UNESCO, de apoio à Política de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei, apresentada pelo DCA, que ampliou a possibilidade de ação das universidades que participaram do Seminário Extensão Universitária e a Política Pública do Adolescente em Conflito com a Lei, na ENAP, apresentarem propostas de ações em extensão conforme os critérios acordados na oficina, acrescidos de novas linhas de apoio;

d) articulação junto aos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, que participaram da Câmara Técnica sobre a Extensão Universitária e Direitos Humanos, para a

inserção destas no novo período firmado de continuidade da parceria com a Cooperação SEDH/UNESCO no campo da Educação em Direitos Humanos.

Nos dias 18 e 19 de abril de 2002, na SEDH/MJ, para tratar do tema Direitos Humanos e Ensino Superior, com o objetivo de discutir sobre a criação de Mestrados Acadêmicos/Profissionalizantes em Direitos Humanos. Durante a reunião, foram apresentados resultados de trabalho de grupos a respeito de mestrados acadêmicos e profissionalizantes de modo a atender a demanda acadêmica (a formação de pesquisadores e docentes) e profissional bem como as ações da Extensão Universitária das Universidades Públicas, apresentadas pela representação da coordenação temática do Fórum. A coordenação temática do Fórum colocou-se à disposição para o posterior intercâmbio com as universidades públicas no tocante às ações de extensão universitária.

Durante te o II Colóquio Internacional de Direitos Humanos em São Paulo, foi realizado o I Encontro Internacional de Educação Superior em Direitos Humanos, com professores universitários que desenvolvem iniciativas de ensino, pesquisa e extensão na área de direitos humanos, com os objetivos de:

- avaliar as condições necessárias para o estabelecimento de estratégias diplomáticas para a educação em direitos humanos;
- articular uma rede de universidades e educadores em direitos humanos com a sede em São Paulo;
- intercâmbio entre as universidades (ensino, pesquisa e extensão);
- promover a troca de experiências de ensino, pesquisa e extensão em direitos humanos;
- publicar resultados de pesquisas em direitos humanos;
- implementar programas de treinamento;
- desenvolver parcerias em advocacia;
- promover uma relação de trabalho em rede com o sistema das Nações Unidas.

Além dos objetivos acima, vale destacar o de fortalecer o movimento de direitos humanos no hemisfério sul, através do acesso ao conhecimento em direitos humanos; do diálogo com organizações regionais e nacionais e o sistema das nações unidas; da dinamização do fluxo de material de trabalho e conhecimento e da mobilização global nos assuntos de direitos humanos. Dentre as localidades envolvidas destacam-se: o Brasil, a América Central e Caribe, e do Sul; a África do Norte, Leste, Oeste, Sul e Central e a Ásia Central, Sudeste e Sul.

A articulação em rede está sendo construída, em linguagem múltipla, de modo a abrir para outros docentes, pesquisadores e extensionistas em direitos humanos nos países envolvidos no Colóquio.

No período de 14 a 17 de novembro de 2001, o Fórum promoveu o VI Congresso Ibero-americano de Extensão em Imbú da Artes em São Paulo. Durante o congresso foram realizadas duas atividades na área de Direitos Humanos: a mesa Extensão Universitária e Direitos Humanos e a mesa Alquimia Social. Em ambas mesas participaram cerca de 38 pessoas das áreas de medicina, música, psicologia, educação física, enfermagem, nutricionista e direito, dos Estados de São Paulo, Paraíba, Santa Catarina, Paraná, Bahia, Minas Gerais e Espanha.

Participaram da sessão, as instituições: UFPB, UNIFESP, UFSC, UNICAMP, UNESP, FAMERP, UFRN, UFMT, UFMS, Universidade Estadual de Santa Cruz, UNIPAR, UFPR, UNIARA, UNEB, UFBA, UEMG, MACKENZIE/SP e UNIOESTE.⁵ Os trabalhos apresentados no congresso versaram sobre as temáticas: Criança e Adolescente, educação para a saúde indígena, conselhos de cidadania, participação e poder local, assistência a usuários de drogas, assistência jurídica e educação para a cidadania.

No I Congresso Nacional de Extensão Universitária realizado em João Pessoa, no período de 09 a 12 de novembro de 2002, foram promovidos sob a coordenação da área de direitos humanos com o apoio da UNECO/SEDH: curso de ética e cidadania, sessão de pôsteres, stander de direitos humanos, um folder da área temática de direitos humanos do fórum e reunião das coordenações temáticas com a direção do Fórum.

3. Produções em Direitos Humanos, resultados da extensão universitária, com o apoio institucional do Ministério da Justiça

Muitas têm sido as produções realizadas na área de direitos humanos, que tem a marca da extensão universitária, tendo como apoio, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (através do antigo Departamento de Direitos Humanos, ou do atual Departamento de Promoção dos Direitos Humanos e o Departamento da Criança e do Adolescente), a UNESCO e a Cooperação Internacional/MJ/SEDH:

1. CANDAU, Vera e ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares (Org.) **Oficinas aprendendo e ensinando direitos humanos**. João Pessoa: JB, 1999.
2. FELICIDADE, Norma (Org.). **Caminhos da cidadania** – um percurso universitário em prol dos direitos humanos. São Carlos: Editora da UFSCAR, 2001.
3. LIMA, Ricardo Barbosa de (et. al.) **Direitos humanos e cotidiano**. Goiânia: Bandeirantes, 2001.

⁵ Só incluímos na relação acima as universidades que responderam ao fórum, portanto outras podem ter atividades sobre as quais o fórum não tem ainda conhecimento.

4. NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org). **Extensão universitária:** diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: PROEX/UFMG/ Fórum, 2000.
5. VERONESE, Josiane Rose Petry e outros. **Infância e adolescência, o conflito com a lei:** algumas discussões. Florianópolis: Fundação Boitex, 2001.
6. ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Relatório experiência de educação em direitos humanos na Paraíba.** João Pessoa: JB, 1999.
7. _____ e DIAS, Lúcia Lemos (Orgs). **Formação em direitos humanos na universidade.** João Pessoa: Editora Universitária, 2001.
8. ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e GENTLE, Ivanilda Matias (Orgs.) **Cartilha da cidadania** – educando para a vida e a dignidade da pessoa humana e do trabalhador. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002
9. ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e GENTLE, Ivanilda Matias (Orgs.) **Paz e cidadania nas escolas.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002
10. ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares... et. al. **Ética e cidadania nas escolas.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003
11. ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e BARBOSA JÚNIOR, Fernando de Sousa (Orgs.) **Cidadania e educação** – projetos sociais voltados para a prevenção da violência nas escolas João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003
12. *Cidadania para Todos* , Fredys Orlando Sorto, Paulo Vieira de Moura, Luciano Mariz Maia e Giuseppe Tosi (orgs) , João Pessoa, 1999 (cartilha produzida em parceria como Conselho Estadual de Direitos Humanos e a Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, 1999;)
13. *Polícia e Democracia: desafios à educação em direitos humanos* , Paulo Sérgio da Costa Neves, Célia Rique e Fábio Fernando Barbosa de Freitas (orgs) , Bagaço editora, Recife 2002 (livro publicado em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, Gabinete de Assessoria Jurídicas às Organizações Populares, Universidade Federal de Sergipe e Fundação Ford.)
14. *Direitos Humanos: os desafios do Século XXI. Uma abordagem interdisciplinar*, Rubens Pinto Lyra (org.) , Brasília, Brasília Jurídica, 2002 .Em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos do Homem e do Cidadão da PB

4. A Extensão em Direitos Humanos nas Universidades Públicas do Nordeste

Levantamento preliminar realizado pelo Fórum ao nível da região nordeste revelam que as ações de extensão na área direitos humanos, já alcançam várias universidades, tais como: UFPI, UFPB, UNEB, UERN, UFPE, URPE 8

Os dados obtidos pelo Fórum junto aos coordenadores da área temática direitos humanos das universidades públicas revelam que as ações de extensão na área começam assumir algumas particularidades:

Educação em Direitos Humanos aparece com o maior número de ações, seguida pela questão da violência, da criança e do adolescente e da segurança pública. Os demais sub-temas por ordem decrescente são:

Políticas Públicas (orçamento, participação e organização e poder local)

Terceira Idade

Sistema Penitenciário

Reforma Agrária

Assistência Jurídica (Consumidor, Criança e Adolescente, Penal, Previdência e Assistência Social, Documentos Básicos de Cidadania, Direito à Moradia e a Terra)

O campo da Educação em Direitos Humanos aparece com o maior número de ações de extensão, sejam projetos voltados para comunidades populares, escolas da rede pública, universitários e órgãos de segurança e justiça.

No tocante ao tema da violência, as ações de extensão integradas a pesquisa, abordam a problemática da violência urbana (no bairro, na escola e a doméstica) e a violência institucional (nos serviços de segurança – delegacias especializadas, presídios). Na área do adolescente em conflito com a lei, a extensão tem se pautado em estudos e diagnósticos sobre as medidas sócio-educativas, projetos de educação envolvendo instituições públicas, meninos de/na rua, ações educativas envolvendo famílias e conselhos de direitos.

Na área da segurança pública, a extensão tem atuado na inserção da temática direitos humanos com os agentes da segurança pública, através de disciplinas nos cursos formais, seminários, cursos de extensão, ações de intervenção comunitária com a inclusão da polícia.

As ações de extensão que enfocam as Políticas Públicas nas questões de orçamento, participação e organização e poder local, intervém no âmbito dos municípios, assessorando gestores públicos, as associações municipais e os conselhos municipais.

Na área da Terceira Idade, a extensão tem se aproximado e contribuído com a área, através de cursos de formação de agentes institucionais, familiares e instituições asilares e escolares, articulando ações informativas e formativas. No nível da informação as ações de extensão têm

priorizado o processo de construção de uma cultura que conceba o idoso como cidadão. No plano da formação a extensão tem desafiado a necessidade de superação dos limites da escolarização, exercitando experiências de alfabetização de idosos até a formação lato senso para os profissionais. No campo da saúde e gerontologia, a extensão tem articulado estudos e ações que atendam as demandas dos idosos. No plano da cultura e do lazer, a extensão com idosos tem revelado a importância desta dimensão para a subjetividade e a saúde mental da pessoa idosa.

Os projetos de extensão junto ao Sistema Penitenciário têm se voltado para ações de assistência jurídica, capacitação de agentes, alfabetização de adultos, formação para o trabalho, capacitação de técnicos e gestores, seminários de atualização, assistência a vítimas de violência e outros.

As ações de extensão que atuam com a questão da Reforma Agrária têm articulado, diagnósticos de realidades agrárias com ações de assessoria jurídica e política a grupos e movimentos sociais, capacitação para o trabalho, organização popular e geração de renda.

A assistência jurídica na área dos direitos humanos tem focado, o direito do Consumidor, da Criança e Adolescente, da previdência e assistência social, acompanhamento do processo penal, documentos básicos de cidadania, direito à moradia, direito à reforma agrária, (direitos à saúde e ao desenvolvimento urbano).

O mapeamento proposto pelo fórum através da RENEX e dos bancos de dados de cada uma das universidades públicas, através dos sistemas de registro e da articulação dos coordenadores locais, permitirá elaborar um perfil a partir do catálogo das atividades de extensão na área dos direitos humanos por universidade, por região e por sub-área de atuação. Tal ação poderá marcar um passo significativo no campo da extensão e de sua relação com a sociedade e o Estado, uma vez que através do Fórum será possível construir intercâmbios e mostras de práticas entre as universidades públicas, assim como articular com as agências de fomento apoio para as ações de extensão das universidades públicas brasileiras.

4. A interface da Extensão em Direitos Humanos com o Ensino e a Pesquisa

A extensão na área de direitos humanos apresenta uma interface construtiva com o ensino e a pesquisa não só da área de conhecimento jurídico como também das demais áreas afins a temática.

A introdução do tema dos direitos humanos no nível do ensino da graduação, tem desdobrado-se em produtos acadêmicos como campos de estágios, disciplinas optativas, créditos reconhecidos, projetos de extensão, trabalhos monográficos de conclusões de cursos de graduação, pesquisas e seminários.

No plano da pós-graduação, a interface também inclui ensino e pesquisa, uma vez que alguns cursos de especialização já incluem direitos humanos e cidadania como disciplina, assim como direito humano já está sendo objeto de cursos de especialização e de linhas de pesquisas em nível dos cursos de pós-graduação.

Considerações finais

A extensão na área de direitos humanos nas universidades públicas brasileiras apresenta uma interface construtiva com o ensino e a pesquisa não só na área jurídica, mas também nas humanas, na saúde e educação. São ações que resultam em criação de campos de estágios e em intervenções institucionais e sociais, são pesquisas que implicam em trabalhos monográficos, dissertações e teses, são cursos de extensão que articulam projetos e programas sociais e institucionais, são disciplinas em cursos de graduação e pós-graduação que focalizam a temática nas diversas áreas do conhecimento, enfim é uma multiplicidade de possibilidades práticas de interseção da extensão com o ensino e a pesquisa que implicam em processos internos e externos, com rebatimentos institucionais e sociais.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CANAU, Vera e ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares (Org.) **Oficinas aprendendo e ensinando direitos humanos**. João Pessoa: JB, 1999.

FELICIDADE, Norma (Org.). **Caminhos da cidadania** – um percurso universitário em prol dos direitos humanos. São Carlos: Editora da UFSCAR, 2001.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Relatório Final da Reunião Técnica de Trabalho: Direitos Humanos na Universidade Brasileira. São Carlos, 2001. (mimeo)

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Relatório Final do Seminário Extensão Universitária e a Política do Adolescente em conflito com a lei. João Pessoa, 2001. (mimeo)

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Relatório Final do VI Congresso Ibero-americano de Extensão. João Pessoa, 2001. (mimeo)

LIMA, Ricardo Barbosa de (et. al.) **Direitos humanos e cotidiano**. Goiânia: Bandeirantes, 2001.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). **Extensão universitária**: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: PROEX/UFMG/ Fórum, 2000.

PARAÍBA. Resolução No. 25/90. João Pessoa, UFPB/CONSUNI, 1990. (mimeo)

VERONESE, Josiane Rose Petry e outros. **Infância e adolescência, o conflito com a lei: algumas discussões.** Florianópolis: Fundação Boitex, 2001.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Relatório experiência de educação em direitos humanos na Paraíba.** João Pessoa: JB, 1999.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e DIAS, Lúcia Lemos (Org). **Formação em direitos humanos na universidade.** João Pessoa, Editora Universitária, 2001

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e GENTLE, Ivanilda Matias (Orgs.) **Cartilha da cidadania – educando para a vida e a dignidade da pessoa humana e do trabalhador.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e GENTLE, Ivanilda Matias (Orgs.) **Paz e cidadania nas escolas.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares... et. al. **Ética e cidadania nas escolas.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e BARBOSA JÚNIOR, Fernando de Sousa (Orgs.) **Cidadania e educação – projetos sociais voltados para a prevenção da violência na escolas** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003

Cidadania para Todos , Fredys Orlando Sorto, Paulo Vieira de Moura, Luciano Mariz Maia e Giuseppe Tosi (orgs) , João Pessoa, 1999 (cartilha produzida em parceria como Conselho Estadual de Direitos Humanos e a Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, 1999;)

Polícia e Democracia: desafios à educação em direitos humanos , Paulo Sérgio da Costa Neves, Célia Rique e Fábio Fernando Barbosa de Freitas (orgs) , Bagaço editora, Recife 2002 (livro publicado em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, Gabinete de Assessoria Jurídicas às Organizações Populares, Universidade Federal de Sergipe e Fundação Ford.)

Direitos Humanos: os desafios do Século XXI. Uma abordagem interdisciplinar, Rubens Pinto Lyra (org.) , Brasília, Brasília Jurídica, 2002 .Em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos do Homem e do Cidadão da PB